



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

RECONTANDO A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO POPULAR EM PERNAMBUCO - DE 1960 A 1964

Alessandra Maria dos Santos

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – amsantosufpe@hotmail.com

Resumo: O presente artigo discorre acerca da História da Educação Popular em Pernambuco, no recorte temporal de 1960 a 1964. Período no qual o Estado pernambucano vivenciou o avultar de movimentos populares que se contrapõem a um histórico mal social: o analfabetismo. Atrelados à cultura popular, estes movimentos expandiram a alfabetização às periferias urbanas, de cidades nordestinas como Recife, alcançando também o homem do campo. Trajetória já conhecida na literatura da História da Educação, propomos recontá-la a partir da História Cultural. Para isto usamos o depoimento oral, objetivando identificar o cotidiano que teceu a trama, nas lembranças de personagens que vivenciaram os fatos. Além disso, a análise documental serviu como subsídio ao relato. Os resultados apontaram para vinculação de grupos distintos, que objetivavam comumente a expansão da educação popular, por um lado, e por outro, intencionalidades díspares. Além disso, a participação de indivíduos “anônimos” que atuaram com suas individualidades, suas impressões, seus desejos, nestes movimentos educacionais populares, demonstrado a relevância do sujeito, ser individual, na constituição da história.

Palavras-chave: Educação Popular, História da Educação, Pernambuco.

Introdução:

A base histórica da Educação Popular, no Nordeste e, especialmente, em Pernambuco, emergiu a partir da segunda metade da década de 1940. A vitória das ideias democráticas ao final da II Guerra e a reorientação política de Vargas, com a abertura do processo eleitoral, trouxe à tona a necessidade de transformação da sociedade pelas vias democráticas, logo, através do voto. E neste sentido, a educação popular lança sua expressiva contribuição (PAIVA, 2003).

A partir do I Congresso Nacional de Educação de Adultos, em 1947, as esferas governamentais planejam ações para alfabetização de adultos, tendo em vista o grande quantitativo de pessoas privadas do conhecimento básico da leitura e escrita. O exercício da cidadania, quanto à participação em sufrágios, entravava-se conforme artigo de nº 132, inciso I, da Constituição de 18 de setembro de 1946, a qual promulga: “Não podem alistar-se eleitores: analfabetos” (BRASIL, 1946). Atentando a esta situação, o Departamento Nacional de Educação (DNE) estabelece a criação de diversas campanhas de erradicação do analfabetismo no Brasil e inaugura o ciclo de ações governamentais através da Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Posteriormente, é lançada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), em 1952, e o Sistema Rádio-Educativo Nacional (SIRENA), em 1957. No entanto, o fracasso das campanhas do DNE era eminente, devido aos



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

altos custos e por ser considerada “fábrica de eleitores” (PAIVA, 2003, p. 220). Surge então a preocupação de formular ações de caráter mais efetivo. Assim, em 1955, é criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), com intuito de realizar estudos e pesquisas com foco nas principais problemáticas da educação no Brasil. Este instituto contou com o apoio de intelectuais como Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré e Sérgio Buarque de Holanda.

Por conseguinte, em 1958, aconteceu a realização de seminários regionais e do II Congresso Nacional de Educação de Adultos, no Rio de Janeiro. Neste Congresso, Pernambuco ganhou visibilidade nacional em relação à educação popular com o relatório de pesquisa “A educação de adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos”, o qual foi elaborado por Paulo Freire e um grupo de professores. A justificativa para o destaque foi apresentação de conceitos antropológicos na educação de adultos.

Pernambuco insere-se na discussão acerca da Educação Popular

Após o II Congresso uma nova fase da educação de adultos evidenciou-se na CNEA e com iniciativas de educação popular. O Nordeste destacou-se nestas ações com a implantação do projeto piloto da CNEA, em Timbaúba, cidade da Zona da Mata pernambucana; o Sistema Rádio-Educativo da Paraíba (SIREPA); no Rio Grande do Norte, o Serviço de Assistência Rural (SAR); em Sergipe, com a Rede Nacional de Emissoras Católicas (RENEC); e em Pernambuco, com movimentos populares, ligados à promoção de Cultura Popular como o Movimento de Cultura Popular (MCP).

Através da iniciativa da Prefeitura do Recife sob a gestão de Miguel Arraes, fundou-se, em 1960, o MCP com objetivo de expandir o acesso à cultura e educação popular à população residente nos bairros periféricos da capital pernambucana. Sob inspiração do movimento francês *Peuple et Culture*¹ (Povo e Cultura) o MCP desenvolveu ações culturais com manifestações artísticas de danças, músicas e peças teatrais voltadas para valorização e denúncias das problemáticas sociais. Construiu praças de cultura para promoção de lazer e espaço de apresentações culturais. Esporte e saúde também obtiveram seus espaços, porém o destaque maior foi destinado ao setor educacional, responsável por combater o analfabetismo. Este movimento teve tal destaque em suas atuações em Recife, que se expandiu ao interior do Estado de Pernambuco, chegando até a exercer influência em outros movimentos de cultura

¹ Este movimento surgiu na França, em 1943, e teve como característica o desenvolvimento de ações culturais voltadas para o desenvolvimento do lazer e a consideração que este é uma manifestação cultural. Um dos seus idealizadores foi o sociólogo francês Joffre Dumazedier o qual colaborou com o MCP no planejamento das praças de cultura.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

popular como Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE), De Pé no Chão Também se Aprende a Ler do Rio Grande do Norte e Sistema Paulo Freire.

Este sistema de alfabetização tem suas raízes ainda no MCP quando Paulo Freire, diretor da Divisão de Pesquisa, começou a desenvolver um trabalho de alfabetização com adultos no Centro Dona Olegarinha, no Poço da Panela – bairro do Recife – a partir do universo vocabular dos educandos. A palavra *tijolo* é admitida no círculo de cultura² devido ao grande número de olarias na região. A fim de obter maior oportunidade e recursos para aplicar seu método, Paulo Freire expandiu suas atividades alfabetizadoras no Serviço de Extensão Cultural da Universidade do Recife, atual UFPE, em 1962. Com apoio do reitor João Alfredo e uma equipe técnica composta de universitários recém formados e intelectuais comprometidos e engajados na transformação social.

Além destes movimentos, destacou-se também a criação do Movimento de Educação de Base (MEB) instituído, em 1961, a partir de convênio da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) com o Governo Federal, tendo seu lócus de atuação, especialmente, na área rural. A Igreja Católica avança na alfabetização por meio da rádio-difusão.

Toda esta conjuntura vivida em Pernambuco em relação à educação popular, nos primeiros anos da década de 1960, serviu para fincar a pedra fundamental do Estado na História da Educação Brasileira. Não se pode negar a influência exercida por estes movimentos, de combate ao analfabetismo, atuantes no Estado de Pernambuco, a outras ações de promoção de educação popular no país.

Intencionalidades comuns e divergentes

No período que envolve os quatro primeiros anos da década de 1960, Pernambuco protagonizou com destaque no cenário nacional iniciativas de educação atreladas à cultura popular que atingiram desde o litoral até o sertão do Estado. Movimentos com objetivos de expandir a educação apresentaram-se como barreira aos altos índices de analfabetismo³. A ampliação destas iniciativas de educação, atreladas à cultura popular, oportunizou a expressividade de atividades artísticas enquanto um caminho para se expor arte crítica, na qual a imagem da fome, da injustiça, da exploração era explícita. “Eu já tinha começado a botar coisa na minha cabeça. Eu queria fazer uma espécie de universidade popular de arte. Aí chamei Geraldo Menucci para ensinar música [...] Depois chamei Luiz Mendonça [...] Então já estava o que: artes plásticas, música e teatro”, conforme Abelardo da Hora (2010) comenta.

² Espaço de encontros pedagógicos que dispunha as cadeiras em forma de círculo permitindo a participação ativa dos educandos através do diálogo.

³ No início da década de 1960, a taxa de analfabetismo no Brasil entre pessoas de mais de 15 anos era de 39,6% , com a maior concentração deste quantitativo no Norte e Nordeste (FREITAS; BICCAS, 2009).
(83) 3322.3222



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

Os objetivos de expandir um projeto político através da arte fundem-se com as intencionalidades individuais de sujeitos de fundar uma instituição a fim de expandi-la popularmente, ainda em meados da década de 1950.

Além disso, a realidade brasileira era discutida nos cursos extensionistas da Universidade do Recife, mas também, nas igrejas, nas rodas de conversa dos recifenses. Discursos para a juventude católica eram proclamados pelo Padre Almeri Bezerra acerca de sua “visão progressista dos conflitos políticos da época” (VERAS, 2010), na capelinha da Praça Maciel Pinheiro. Paralelamente a estes discursos, noticia-se durante comemoração do centenário da Igreja Presbiteriana no Brasil, o posicionamento do pastor e líder fundamentalista nos Estados Unidos Carl Mc Intire, o qual realiza pronunciamento no Teatro Santa Isabel, em Recife, “advertindo os evangélicos e o povo em geral sôbre os perigos do Comunismo, nas igrejas e nas sociedades” (DIÁRIO, 13/08/1959). De modo que os discursos políticos ultrapassam os palanques e chegam aos púlpitos, contudo ora com visão conservadora ou progressista. Pois o terror propagado pelo Comunismo perpassava o campo político atingindo a dimensão religiosa como algo maligno, um ateísmo que por meio de uma ordem política se oporia aos princípios cristãos da fé em Deus.

Contudo, embora com empecilhos os ideais de transformação social avançam encontrando adeptos com heterogeneidade de concepções políticas e religiosas. Como por exemplo, as Ligas Camponesas, organização de trabalhadores rurais, fundada em 1956, orientadas pelo deputado Francisco Julião, avançam na luta em defesa de terra para o homem do campo.

Mas, o combate às injustiças sociais, a exploração dos operários e trabalhadores se daria também por intermédio da educação popular, entendida como responsável em politizar e conscientizar. Arelada a interesses políticos, a alfabetização se apresentaria como “arma branca” capaz de mudar o cenário político do país e, sobretudo, dar voz ao povo. O desejo de expandir a alfabetização implicava em iniciativas de viabilização não apenas da técnica elementar de ler e escrever, mas com situações que possibilitassem ao educando a percepção de sua condição de exclusão social ao morar em mocambos, alagados, na periferia de Recife, ou de exploração por donos de engenhos, no caso dos trabalhadores rurais.

Assim, embora cada movimento tenha desenvolvido sua própria maneira de alfabetizar, estes tinham em comum a intencionalidade de ensinar bem mais que o “bê-a-ba”, porém não podemos esquecer que estes propósitos também estavam revestidos de interesses políticos e compreensões de mundos distintas por integrantes dos movimentos.



Estratégias alfabetizadoras

O MCP adota, inicialmente, cartilhas como *Nossa Cartilha, O Bom colegial, Minhas lições, Vamos estudar, Nosso Tesouro*, contudo percebe o aspecto infantil destas (BARBOSA, 2009). Germano Coelho, Maria Antonia MacDowell e Maria José Baltar, estes ligados ao setor educacional, analisam o material pedagógico do SIRENA, constituído de cartilha e disco, e percebem sua desvinculação com a realidade do educando recifense e por isso decidem elaborar um recurso didático próprio. A percepção da relevância em considerar que o suporte pedagógico deveria relacionar-se à realidade do educando, demonstra o reconhecimento deste como sujeito social, como homem produtor de cultura e que por isso sua vida deve ser trazida no processo de aprendizagem.

Dessa forma, Josina Godoy e Norma Coelho elaboraram o “Livro de Leitura para Adultos”, mais conhecida como cartilha do MCP. Segundo uma participante do Movimento o material didático tinha aspecto inovador ao exprimir outro “direcionamento” pedagógico.

Eram cartilhas direcionadas para uma conscientização das pessoas, não era “Ivo viu a uva”, num sei quê... Num era nada disso que antigamente... Se ia ser criança ou adulto se quisesse aprender a ler, era daquele jeito. A partir da de Norma, eu não me lembro nenhuma palavra das cartilhas de Norma e Josina, mas já era uma coisa bem avançada no sentido, assim, de conscientização das pessoas. A filosofia era essa. (FARIAS, 2010).

O conteúdo desta cartilha abordou aspectos da realidade dos alfabetizandos com temáticas que expressavam a relevância do voto para o povo e problemáticas que expressavam as aspirações de um povo que lutava dia após dia para sobreviver. Mas também sofreu duras críticas, por ser considerada mecanismo populista ao expressar em suas lições características “do bom político e do bom governo, comprometidos com o bom combate em favor da emancipação popular” (BEISIEGEL, 1992, p. 135), além disso, incluía a diversidade cultural ao tratar de raças, religiões e ideias.

A admissão da realidade do alfabetizando na cartilha do MCP, vista como novidade nos materiais de alfabetização, é elogiada pelo Ministro da Educação, Anísio Teixeira (1962 apud BEISIEGEL 1992, p. 125) que expressa: “O livro efetivamente ensina a ler como se iniciasse o analfabeto nordestino na sua própria vida. As palavras, as sentenças, as frases são as que fatalmente ocorreriam ao próprio analfabeto se fosse ele próprio que escrevesse sua cartilha”.

Cuia, cambada, rede, lodo, pão, operário, carestia são apenas algumas palavras contidas na cartilha que traziam em si a vida do alfabetizando, representavam sua condição social e também a possibilidade de mudança por meio do voto. Embora, o Livro de Leitura tenha sido um instrumento de mérito ao MCP nem todos



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

os membros concordavam com esta aplicação metodológica.

Contudo, Paulo Freire, diretor da Divisão de Pesquisa no MCP, não apoiou a confecção da cartilha, mesmo tendo sido convidado a colaborar, pois já desenvolvia pesquisa, juntamente com outros membros do movimento, propondo uma “alfabetização conscientizadora”, no Centro Dona Olegarinha. A inquietação de Paulo Freire em expandir a extensão universitária à sociedade e torná-la de fato comunicativa (FREIRE, 2006), a qual estabelece relação dialógica com a sociedade, desviando-se de intenções preestabelecidas (no caso a cartilha), o impulsiona a presidir as ações do Serviço de Extensão Cultural. Segundo Almeri Bezerra (2011):

A intenção de Paulo, naquela época, se falava pouco sobre extensão universitária. Mas, a extensão universitária era entendida como é... a universidade fazia cursos para quem não era universitário [...]. Com Freire a intenção mudou um pouquinho. Ele fazia com que a universidade se interessasse pelos problemas da população. Ao invés da universidade querer ensinar aos não-universitários, quais os problemas eles tinham, quais são os problemas da cidade, quais são os problemas da região e tal.

O objetivo de Paulo Freire e compartilhado por membros do SEC, no desenvolvimento de método de alfabetização, era relacionar o cotidiano do educando, mas distinguindo-se da diretividade imposta pela cartilha.

Uma crítica que se fazia e que a mim se parece justificável, era que a cartilha ‘bitolava’. De que maneira? Limitava um pouco a compreensão de certos fenômenos, a compreensão de certos conceitos e tudo [...]. Paulo dizia que não precisava ter manual, não tinha manual... era uma palavra que a gente evitava, não tinha professor, não tinha aula, não tinha sala de aula. Era círculo de cultura, eram monitores, palavras geradoras, tinha que tudo está para não parecer escola, com escola normal (BEZERRA, 2011).

A alfabetização na concepção de Freire e de um grupo de intelectuais e católicos progressistas era interpretada como instrumento de conscientização, no qual a dimensão de autonomia permite ao sujeito, percebendo-se em sua singularidade intervir objetivamente em sua realidade. Por isso, ao se apresentar as projeções das imagens pertencentes à cultura do operário, do lavrador, da dona-de-casa estes poderiam interpretá-las a partir de sua própria experiência existencial.

No projeto político de alfabetização, à educação interligava-se partidariamente a incumbência de politizar o povo, no sentido de arregimentá-lo nas lutas políticas. Segundo Abelardo da Hora (2010), quando questionado sobre o “desinteresse” dos comunistas em organizarem-se como os católicos num plano de alfabetização, comenta: “Porque partido não é escola de alfabetizar. Partido pode apoiar movimentos



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

de alfabetização e apoiar qualquer tipo de escola. A política é uma coisa, o ensino é outra coisa completamente diferente”. Já os católicos progressistas a percebiam a partir da intencionalidade “da libertação, do desenvolvimento da cidadania, do engajamento” como afirma Letícia Baltar (2011). Esta ainda acrescenta a distinção quanto ao engajamento dos jovens do Partido Comunista.

A distinção que eu via é assim... O pessoal do Partido [Comunista] eles tinham uma visão mais pragmática e mais assim pé no chão. Eles eram ateus. Eles militavam muito o ateísmo. Então, eles entravam muito em confronto, tentando convencer o pessoal cristão de que aquilo tudo era bobagem, que não era por aí. [Aquilo tudo o quê?] Essa via de engajamento espiritual, social. Eles queriam uma coisa mais. Por exemplo, o pessoal do Partidão foi pra Palmares militar nos sindicatos rurais que o pessoal da JUC não ia (BALTAR, 2011).

O combate ao analfabetismo, na percepção dos progressistas, objetivaria a conscientização, na qual esta era percebida como dimensão de autonomia do sujeito singular. Logo, compreende-se a atuação dos objetivos dos sujeitos que encontraram nestas ações espaços para suas subjetividades.

Embora, reconheça-se o valor das contribuições de Paulo Freire em relação à inovação pedagógica na forma de ensinar, percebemos que este foi um ideário partilhado por vários outros intelectuais. O progresso das ações do SEC contou com a experiência de artistas, professores universitários, técnicos da Universidade do Recife, mas também com estudantes. O desejo de se envolver numa ação de combate ao analfabetismo, alcançava adolescentes que se difundiam. “A gente trabalhava nessa linha filosófica de engajamento no social e tal. É a gente lia é aquele pessoal da França, como Padre Leuret e Monnier [...] a gente lia com Padre Diomar que era um padre muito avançado” (BALTAR, 2011).

Enquanto as práticas do SEC desenvolviam-se vinculadas à Universidade, as aulas do MCP expandiram-se através da escola-radiofônica pelas periferias do Recife, mas também alcançaram cidades do interior do Estado como Palmares e Barreiros. Iêda Farias comenta “a gente [referindo-se também a outros monitores] recebia um tantinho assim e passou a receber um montão de dinheiro lá, porque a gente foi pelo... pelo projeto nacional de alfabetização”.

O MEB, instituído em 1961, expandiu-se pelo interior do Estado de Pernambuco, tendo intensa concentração nas cidades da Zona da Mata. Apoiando-se num sistema de escola radiofônica e utilização da cartilha *Viver é lutar*, a qual trazia em suas lições conteúdos atrelados favoravelmente ao pensamento da Igreja Católica como evidencia-se na 3ª lição “O trabalho de todos ajuda o trabalho de Deus”. No entanto, a cartilha se caracterizava por valorizar a cultura popular e a vida do camponês, tendo em vista o campo de atuação do MEB

ser em áreas rurais.

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

A sindicalização do camponês e a reforma agrária estavam na pauta das reuniões dos clérigos nordestinos e nas aulas do movimento. A fim de discutir a situação do trabalhador rural e a reforma agrária do país, bispos do Nordeste reúnem-se em Ponta Negra – RN. “Sobre reforma agrária, os bispos concluíram que a Igreja Católica já possui ponto de vista firmando a este respeito” e que a sindicalização traria ao homem do campo vantagens e benefícios, conforme *Diário de Pernambuco* (24/02/1962).

A preocupação com o homem do campo revela a necessidade de organização destes a fim de garantias de direitos frente às explorações pelos senhores de engenheiro, mas também temor aos avanços das ideologias comunistas através das Ligas Camponesas. Paralelamente ao sindicalismo rural defendido pela Igreja expandia-se a atuação das Ligas Camponesas, apoiadas por Francisco Julião. Porém, a posse da terra não era única conquista almejada pelo trabalhador rural.

As Ligas se perdiam quase por isso: no lugar onde você tem uma massa de trabalhadores com reivindicações que já não apenas de ordem salarial, mas também de defender os direitos dos trabalhadores, a Liga só via a questão da terra [...] Todavia, para o camponês da Zona da Mata... Há locais em que essa questão da terra; nos demais a reivindicação é: INPS, assistência médica, salário, 13º, férias tudo o que o trabalhador da cidade conseguiu (LINS, 1986).

Mesmo as ações do MEB, em relação ao sindicalismo rural distanciarem-se das atuações das Ligas Camponesas os padres que se envolveram na implantação das aulas e sindicatos rurais foram considerados comunistas. Padre Renato (2011), que implantou escolas do MEB e o sindicato rural em São Lourenço da Mata, afirma ter sido considerado comunista por “Orientar o povo na defesa dos seus direitos. Isso não era ser comunista: orientar o povo. Você tem direito a isso, aquilo... Vocês têm direito ao salário. Se não pagaram vocês têm direito de se reunir em greve. Agora, invadir terra não”. Os direitos do homem do campo eram inclusos nas aulas do MEB, mas como ressalta Padre Renato o radicalismo de invadir as terras não era visto com bons olhos.

Acerca do cotidiano das aulas do MEB, Padre Renato (2011) relata:

Era na sala de visita [na casa do próprio monitor], tamburetes do monitor que era um agricultor rural também [...] Levava um radiozinho. Naquele tempo o pessoal parece que é mais pobre do que hoje. Não tinha salário mínimo. E não tinha um rádio em casa. Então, pegava um rádio pra escutar a rádio Olinda [afiliada à Arquidiocese de Recife e Olinda], um quadro negro, o giz etc. e parece que uma cartilha [...] As aulas eram noturnas. Eram para trabalhadores rurais. Era para alfabetizar, falar sobre direitos da pessoa como direitos da pessoa humana, respeitar os outros essas coisas.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

No que concerne ao envolvimento e participação dos sujeitos nestes movimentos emergem na fala dos atores entrevistados o “engajamento” como algo motivador e que representaria uma atuação esperançosa de transformação social. Iêda Farias relata como teve contato com o MCP: “Iara [irmã de Iêda] através dos conhecimentos com as amigas dela tal, terminou conhecendo o MCP e entrou para trabalhar lá. Apesar de ser uma área diferente no MCP, o trabalho no qual ela trabalhou e depois **eu me engajei**⁴ era de educação”.

Rômulo Lins destaca: “**As pessoas que participavam do MCP eram engajadas.** Você tinha o pessoal católico da JUC e você tinha os jovens do Partido Comunista; e quem não era vinculado a uma dessas organizações estava em volta”. O ex-padre Almeri Bezerra (2011) comenta:

Eu me engajei nesse... nessa aventura, digamos assim com Paulo. É porque tinha que se levar em conta naquela época, que analfabeto não votava. E ao mesmo tempo começaram a surgir uma série de movimentos populares, organizações sindicatos. É o Julião das Ligas Camponesas. E uma das coisas que... o MCP vem nesse conjunto, veio a eleição do Doutor Arraes, eleição de Pelópidas. Tudo isso.

No discurso destes personagens a palavra engajamento adquire um significado compartilhado entre estes, o imaginário coletivo, que alcança a dimensão ideológica que representa aspirações de um determinado tempo e se solidifica através de “estruturas de pensamento”, que de acordo com Roger Chartier, são determinadas por alterações socioeconômicas que organizam e constroem formas de pensamento.

Uma pausa nesta parte da história...

As ações voltadas para educação popular, em alguns casos estiveram atreladas a intenções políticas, no entanto, percebemos que a dimensão alcançada não foi apenas obra de arregimentação política. A alfabetização esteve ligada a intencionalidades políticas de compor eleitores, vinculadas a ideologias de politização, porém, os relatos dos atores que vivenciaram tal momento da história destacam a pretensão de transformar as estruturas sociais vigentes e oportunizar a construção de uma sociedade menos desigual. Diante disso, identificamos ações e projetos que buscavam tais objetivos em Pernambuco, como iniciativas institucionalizadas como as do SEC e MEB. No MCP destaca-se a grande participação popular.

No que concerne aos métodos, a predominância era para o diretivo, mas o método de alfabetização de Paulo Freire, fomenta uma transformação na maneira de ensinar os não-

⁴ Grifos nossos.
(83) 3322.3222



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

alfabetizados, pois permitiria a estes construir sua própria palavra, reconhecendo-se como sujeito social, capaz de “ler o mundo” e transformá-lo.

O impacto causado na sociedade pernambucana com elevação em massa de índices de alfabetizados, participação de populares e de diversas instituições nestes movimentos evidencia que a efervescência social presenciada não foi “obra do acaso”, de um indivíduo ou grupo, nem ação política unicamente. Existiu uma estrutura que atrelada a diversos fatores propiciou o terreno fértil para proliferação destes movimentos. Contudo, a partir da perspectiva da “história vista de baixo” (BURKE, 1992) destaca-se também a atuação dos sujeitos comuns, dos anônimos na construção da história. Imerso nesta conjuntura encontramos os embates políticos e ideológicos. Enquanto um grupo pretendia arregimentar um imenso público por intermédio da alfabetização politizadora, outro buscava a reflexão através da conscientização percebendo-se sujeito de si mesmo. De modo que houve separação quanto às metodologias de alfabetização. Contudo, o ambiente no qual se desenvolveram as experiências alfabetizadoras serviram de sólida base para disseminação e empenho de populares, intelectuais, políticos e grupos religiosos na educação popular.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Leticia Rameh. **Movimento de Cultura Popular: impactos na sociedade pernambucana**. Recife: Ed. do autor, 2009.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **Política e Educação Popular: A Teoria e a Prática de Paulo Freire no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1992.

_____. **Estado e educação popular**. Brasília: Liber Livros Ed., 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRAYNER, Flávio. O MCP e a invenção do povo. **Revista Continente**, Recife, ano X, p. 54, maio/2010.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Tradução: Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Portugal: Difel, 2002. p. 229.

COELHO, Norma; GODOY, Josina. Livros de Leitura para Adultos. **Memorial do MCP**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1986. (Coleção Recife – Vol. XLIX). p. 196.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Extensão ou comunicação. Tradução: Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

FREITAS, Marcos Cezar de; BICCAS, Maurilane de Souza. **História social da educação no Brasil (1926-1996)**. São Paulo: Cortez, 2009.

PAIVA, Vanilda. **História da Educação Popular no Brasil**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

SOUZA, Cláudia Moraes. **Vida e Trabalho no Mundo Rural**: Trabalhadores do Movimento de Educação de Base (1961-1964). *Revista Mundos do Trabalho*, UFSC, vol. 2, n. 3, jan.-jul. 2010. Disponível em meio eletrônico:
www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article. Acesso em: 04 abr./2011.

VERAS, Dimas Brasileiro. **Sociabilidades letradas no Recife**: a Revista Estudos Universitários (1962-1964). 2010. p. 232. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

Artigos em jornais:

BISPOS nordestinos, reunidos em Natal. **Diário de Pernambuco**. Recife. 24 fev./ 1962.

CENTENÁRIO do presbiterianismo no Brasil. **Diário de Pernambuco**. Recife. 13 ago./1959.

Depoimentos orais:

HORA, Abelardo Germano da. **Abelardo Germano da Hora**: depoimento [out.2010]. Entrevistadores: A. Santos, C. Farias, J. Silva e A. Silva. Recife: PE, 2010. MP3. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “Paulo Freire, a UFPE e o Movimento de Educação Popular”.

BALTAR, Leticia. **Leticia Baltar**: depoimento [jan.2011]. Entrevistadores: A. Santos, C. Farias, J. Silva e A. Silva. Recife: PE, 2011. MP3. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “Paulo Freire, a UFPE e o Movimento de Educação Popular”.

BEZERRA, Almeri. **Almeri Bezerra**: depoimento [jan.2011]. Entrevistadores: A. Santos, C. Farias, J. Silva e A. Silva. Recife: PE, 2011. MP3. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “Paulo Freire, a UFPE e o Movimento de Educação Popular”.

FARIAS, Iêda Luzia Brayner de. **Iêda Luzia Brayner de Farias**: depoimento [jul.2010]. Entrevistadores: C. Farias e A. Silva. Recife: PE, 2010. MP3. Entrevista concedida ao Programa Institucional de Iniciação Científica “A divergência ao ideário pedagógico de Paulo Freire, na década de 1970, no Recife”.

LINS, Rômulo Fernando de Aguiar. **Rômulo Fernando de Aguiar Lins**: depoimento [out. 1986]. Entrevistador: E. M. Fernandes. São Paulo: SP, 1986. Entrevista concedida ao CEHIBRA, Fundação Joaquim Nabuco.